



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005741-62.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Comum - Inventário e Partilha**  
 Requerente: **Carlos Alberto Colosso e outros**  
 Requerido: **Pedro Colosso**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 03, devidamente aditada às fls. 37.

O inventariante deu atendimento às exigências contidas na decisão de fls. 34.

A taxa judiciária foi recolhida corretamente (fls. 39/41).

Quanto ao item "a", da decisão de fls. 34, o mesmo foi cumprido, conforme fls. 37. **Anote-se.**

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 03, devidamente aditado às fls. 37, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submetem ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC, bem como para que se manifeste, em razão da apresentação do protocolo do ITCMD às fls. 44.

Após a manifestação da Fazenda Estadual, ou sua inércia, o que deverá ser certificado pela z. Serventia, fica deferido a expedição dos alvará requeridos às fls. 05, item "b" letra "a" e item "d". Caso haja a discordância por parte do Fisco, manifeste-se o inventariante, antes da expedição do alvará.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, **fica anotado o trânsito em julgado nesta data**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

**P. I. C.**

São Carlos, 11 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**